

PAINEL DE COMUNICAÇÃO - CURRÍCULO E ESCOLA BÁSICA

POLÍTICA CURRICULAR DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DO “NOVO” ENSINO MÉDIO

Divane Oliveira De Moura Silva (divane.oliveira@ufpe.br)

Marcelo Ricardo Moreira (marcelo.moreira@ufpe.br)

Neide Menezes Silva (neide.msilva@ufpe.br)

Kátia Silva Cunha (katia.scunha@ufpe.br)

Esta pesquisa se propõe a refletir sobre a política curricular proposta pela Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco. Assim, tomamos para análise o Novo Currículo para o Ensino Médio de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2020), publicado em meio a pandemia do novo coronavírus – COVID-19, e os discursos produzidos pelas autoridades estaduais durante a cerimônia oficial de entrega deste documento, transmitida via internet (CEE/PE, 2020). Nesta discussão nos ancoramos na abordagem do ciclo de políticas formulada por Ball e Bowe (MAINARDES, 2006) e na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (MENDONÇA, 2008), para compreender a dinâmica do complexo processo político com seus contextos, os discursos presentes nos documentos oficiais, e as articulações relacionadas a produção do currículo pernambucano para o ensino médio. Assim, identificamos a Lei 13.415/2017, que trata da Reforma do Ensino Médio, como justificativa para a elaboração do novo documento curricular, que é construído em meio a um hibridismo de concepções e tentativas de fixar sentidos. Dentre os sentidos, merece destaque o entendimento que o novo currículo promoverá a garantia de

aprendizagem por meio de habilidades e competências previstas na Base Nacional Comum Curricular, que são mensurados por avaliações externas padronizadas. Deste modo, o sentido da avaliação também é deslocado, pois passa a ser compreendida como instrumento regulador do que deve ser ensinado. Considerando que as políticas educacionais são espaços de luta e negociação, identificamos que o ponto nodal para a hegemonia revelada nestas políticas educacionais em Pernambuco é a defesa da qualidade educacional como preparação do estudante para atuação num mundo globalizado e carente de sujeitos aptos ao mercado de trabalho, o que, por consequência, garantiria a concretização dos projetos de vida dos estudantes. Os hibridismos estão presentes nesta produção textual para possibilitar as articulações no macro e no microcontexto, o que gera incoerências, conflitos e paradoxos. Contudo, inferimos que as fixações de sentidos são sempre provisórias e contingentes, e que a pretensa implementação de políticas educacionais curriculares ou avaliativas, depende dos agentes da escola local e das ações dos seus profissionais, pois de forma cíclica e não linear, as políticas são construídas constantemente através de processos de tradução, interpretação e contextualização. Portanto, o texto oficial da política curricular não garante - a concretização dos seus intentos primários, quer seja controlar o trabalho docente ou definir o futuro dos estudantes pela demanda do mercado – formação docente ou discente, especialmente porque os sentidos são produzidos mediante as subjetividades e movimentos dos sujeitos envolvidos nos diversos contextos.